Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

PODCAST DO CORREIO

"Vulneráveis com o desmatamento"

Para o diretor executivo do Instituto Escolhas, Sérgio Leitão, EUA podem punir o Brasil por danos ambientais

» CAETANO YAMAMOTO

Ed Alves CB/DA Press

Sergio Leitão: é fundamental que os diferentes atores no Brasil montem uma coalizão para defender a soja e outros produtos de sanções

Na disputa comercial contra os Estados Unidos, o Brasil tem um ponto vulnerável: o desmatamento ilegal. O avanço da fronteira agrícola e o atraso na adoção de políticas sustentáveis representam pontos negativos para a economia brasileira e podem criar mais óbices nas relações entre os dois países.

Esse é o diagnóstico do diretor executivo do Instituto Escolhas, Sergio Leitão, convidado do Podcast do **Correio**. Aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Roberto Fonseca, o dirigente alertou para o cenário desfavorável ao Brasil. Lembrou que o presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump, determinou a abertura de uma investigação por práticas comerciais desleais, no âmbito da seção 301.

Um dos pontos investigados pelos Estados Unidos, o desmatamento ilegal, pode afetar a exportação de soja. O Brasil é líder global na produção do grão — em 2019 ultrapassou o rival norte-americano. Para o diretor executivo do Instituto Escolhas, Sérgio Leitão, essa investigação pode justificar a imposição de tarifas adicionais sobre a soja e outros produtos brasileiros, como carne e madeira.

A partir de pesquisa elaborada pelo Instituto Escolhas, Leitão argumenta que a produção brasileira de soja assumiu a liderança mundial em razão do aumento de área plantada — e, mais grave, com o uso intensivo de insumos. "Nosso estudo, chamado "Brasil como líder mundial em produção de soja, até quando e a que custo", mostra que a gente foi super bem-sucedido em fazer o Brasil ocupar o primeiro lugar na produção mundial de soja. Esse estudo mostra que uma parte desse aumento da produção também se deveu não a ganhos de produtividade, mas sim pelo aumento da área plantada. Ou seja, enquanto você teve uma taxa média de crescimento da área plantada de soja no Brasil de 5% ao ano entre 1993 e 2023, a produtividade cresceu 2% ao ano." explicou.

Além disso, Leitão afirma que, apesar de o Brasil ser líder global na produção de soja, o produtor está perdendo a rentabilidade, porque a soja está precisando cada vez mais do uso de insumos químicos — agrotóxicos e fertilizantes — e os preços subiram muito, especialmente depois da guerra da Ucrânia. "Ou o Brasil muda o modelo de produção, ou ele vai perder competitividade" , completa o fundador do Instituto Escolhas.

Leitão destaca que uma audiência pública está marcada para 3 de setembro, em Washington, especificamente para tratar das investigações relacionadas à Seção 301. Ele considera que é preciso ter cautela no capítulo do desmatamento. "Temos pecados que a gente precisa pedir perdão", diz. "E não podemos cometê-los novamente, para que não fiquemos à mercê de uma investigação que pode justificar exatamente as tarifas sobre produtos agrícolas brasileiros", adverte.

Diálogo coordenado

Na avaliação do especialista, o governo brasileiro e o setor do agronegócio estão em posição delicada. "No tópico do desmatamento, a gente está vulnerável", resume. Uma possível estratégia para responder à ofensiva norte-americana é alegar que o desmatamento ilegal no Brasil está sendo combatido. "(Dizer que) essa situação foi uma situação do passado. O Brasil de agora em diante está assumindo e deixando muito claro o compromisso de que ele vai produzir nas áreas que já foram abertas", sugere.

O diretor lembrou que o avanço da área cultivada de soja em prejuízo ao meio ambiente contraria o alerta de vários ministros da Agricultura. Segundo ele, autoridades como Kátia Abreu, Tereza Cristina, Blairo Maggi e Roberto Rodrigues afirmaram repetidamente que não é preciso desmatar mais para produzir mais.

Leitão defende um diálogo coordenado entre todas as partes — sociedade civil, empresas, agronegócio e governo brasileiro — para apresentar uma defesa do Brasil em Washington. E enumera os motivos para que se forme uma coalizão nacional.

"Primeiro, a soja é importante. Ela é o segundo produto que a gente mais exporta, o Brasil não pode prescindir disso na balança comercial. Seria irresponsável imaginar o contrário. Segundo, reconhecer que o Brasil já tem áreas abertas suficientes para continuar expandindo sua produção. Terceiro, a gente está diante de uma ameaça muito forte aos interesses econômicos do país, que devem servir como um estímulo para juntar e quebrar essas relutâncias que muitas vezes afastam as partes", descreve. "Ou a gente faz isso agora, ou o país vai pagar a conta", alerta.

COP30

As consequências de uma punição contra o Brasil em razão do desmatamento ilegal vão além do agronegócio. Caso o país seja efetivamente sancionado, corre o risco de ser atingido por desemprego e afetar outros produtos, como a carne e a madeira.

> **Temos pecados que a gente precisa pedir perdão. E não podemos cometê-los novamente, para que não fiquemos à mercê de uma investigação que pode justificar exatamente as tarifas sobre produtos agrícolas brasileiros."**
>
> ***Sergio Leitão,***
> *diretor-executivo do Instituto Escolhas*

"Do ponto de vista legal, como a lei americana exige uma justificativa crível, para impor a tarifa. Se eles constatarem que existe desmatamento, de modo a tornar os produtos brasileiros mais baratos nos Estados Unidos ou compitam com os produtos americanos — como é o caso da soja brasileira exportada para a China — eles têm uma justificativa legal para punir o Brasil por práticas comerciais desleais", explica.

Leitão também diz que os problemas do desmatamento vão afetar o Brasil na COP 30 (a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas). Isso porque o governo brasileiro, na COP de Paris, em 2015, não cumpriu compromissos de replantio de áreas degradadas.

"Seremos cobrados para recuperar aquilo que a gente desmatou. São 12 milhões de hectares. É o tamanho da Inglaterra. Doze milhões de hectares são 10 bilhões de mudas de árvores que a gente tem que dispor para fazer o plantio. Desses 12 milhões de hectares, nós plantamos efetivamente pouco mais de 100 mil", detalhou.

Além da compensação ambiental, Leitão ressalta que o plantio de árvores tem um efeito econômico imediato. "Cinco milhões de empregos podem ser gerados se o Brasil mobiliza todo o capital dos seus bancos públicos de desenvolvimento para dar conta da meta. Nessa conta, 156 milhões de toneladas de alimentos podem ser produzidas exatamente porque você vai consorciar, recuperar a floresta com sistemas agroflorestais, que é plantio de comida", sustenta.

O convidado do Podcast do **Correio** compara a situação do Brasil com a de outros países. "A China recuperou 25 milhões de hectares, inclusive nas suas áreas de deserto. Os Estados Unidos, 15 milhões de hectares. Então, a gente tem uma oportunidade, fazendo uma recuperação que vai juntar, recuperar o meio ambiente e produzir alimentos para que todo mundo saia ganhando, inclusive empregos e combatendo a desigualdade social", completa.

Além do problema do desmatamento, Leitão falou de outras práticas danosas à sustentabilidade, como o uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes. Segundo o estudo feito pelo Instituto Escolhas, de 1993 a 2023, a comercialização de agrotóxicos no Brasil cresceu de 76 mil toneladas para 755 mil toneladas — aumento de 893%. A área cultivada, por sua vez, cresceu 96% no mesmo período.

Prejudicial ao meio ambiente, o agrotóxico não representa nem mesmo mais ganhos ao produtor. "Em 1993, com 1 kg de agrotóxico, você produzia 23 sacas de soja. Em 2023, isso caiu para sete. O que isso significa? Menos dinheiro no bolso do produtor".

Esse seria mais uma razão, de ordem econômica, para o Brasil investir em bioinsumo. "O bioinsumo veio como a necessidade dos grandes produtores de fugir, da dependência do insumo químico do agrotóxico", ressalta. Para Sérgio Leitão, é fundamental avançar em políticas públicas que impulsionem o bioinsumo, essencial em uma agricultura sustentável.

Aponte o celular para o QR Code e assista à íntegra do Podcast do Correio.

*** Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza**

CASO LAUDEMIR

Suspeito de matar gari em BH será indiciado

» GIOVANNA DE SOUZA
» CLARA MARIZ

A Polícia Civil pedirá o indiciamento do empresário Renê da Silva Nogueira Junior, de 47 anos, principal suspeito de matar com um tiro o gari Laudemir de Souza Fernandes, de 44, pelos crimes de homicídio duplamente qualificado, posse irregular de arma de fogo e ameaça.

A informação é do delegado do Departamento Estadual de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa Evandro Radaelli. Em entrevista ao programa Fantástico, da TV Globo, exibido na noite desse domingo (17/8), Radaelli explicou que o indiciamento de Renê será pelos crimes de homicídio duplamente qualificado, por motivo fútil; posse irregular de arma de fogo, uma vez que usou uma arma que não possuía; e ameaça, praticada contra a motorista do caminhão.

Conforme o Código Penal brasileiro, a pena para o crime de homicídio duplamente qualificado é de 12 a 30 anos. Para a posse ilegal da arma, a reclusão é de 3 a 6 anos, enquanto, por ameaça, a pena é de um a seis meses ou multa. Somadas, as penas podem passar de 30 anos de prisão.

As investigações do homicídio confirmaram que a arma utilizada no crime pertence à esposa do suspeito, a também delegada da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) Ana Paula Balbino Nogueira. O artefato é de uso particular da mulher, que está sendo investigada pela corregedoria.

A arma foi incluída no inquérito criminal, em andamento na delegacia de homicídios da PCMG. Já a arma da corporação foi anexada nos autos da investigação administrativa. Apesar do procedimento interno, o porta-voz da corporação delegado Saulo Castro afirma que não há indícios para afastamento da servidora e, por isso, ela segue em seu cargo regular.

Como foi o crime

O gari Laudemir foi morto com um tiro na barriga na manhã de segunda-feira (11/8), em uma discussão de trânsito no bairro Vista Alegre, Região Oeste de Belo Horizonte (MG). Segundo o boletim de ocorrência da Polícia Militar, ele trabalhava na coleta de lixo junto a outros garis quando a motorista do caminhão, Eledias Aparecida Rodrigues, de 42 anos, parou e encostou o veículo para permitir a passagem de um carro, modelo BYD, conduzido pelo empresário Renê da Silva.

De acordo com testemunhas, Renê abaixou o vidro e gritou para a condutora que, se alguém encostasse no carro dele, mataria a pessoa. Diante da ameaça, os garis, incluindo Laudemir, pediram que o motorista se acalmasse e seguiram orientando-o a continuar o trajeto. Ainda assim, ele desceu do veículo visivelmente alterado, apontou uma arma para o grupo e disparou, atingindo Laudemir.

Em seu depoimento à polícia, o também gari Evandro Marcos de Souza, de 35 anos, contou que o suspeito chegou a mirar contra a cabine do caminhão e ameaçar "dar um tiro na cara" da motorista. Ao ultrapassar o veículo, Renê teria desembarcado já com a arma em punho. Eledias confirmou a versão do colega e ainda disse à polícia que havia espaço suficiente para o carro passar sem que fosse necessário o tom agressivo.

O gari Tiago contou que a equipe de limpeza chegou a dar passagem ao empresário, que já se aproximava de forma ameaçadora.